

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - SENAD

Medida Provisória Nº 885-2019

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

OBJETIVO

MP nº 885/2019

OBTER MAIOR EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE NA GESTÃO E NA ALIENAÇÃO DE ATIVOS APREENDIDOS EM DECORRÊNCIA DA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº 11.343/2006 (LEI DE DROGAS), PERMITINDO A CÉLERE CONVERSÃO DESSES BENS EM RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE.



SITUAÇÃO ATUAL DOS BENS APREENDIDOS

50 mil bens aguardando o trânsito em julgado

30 mil bens de responsabilidade da SENAD aguardando destinação





“

OPERAÇÃO FLAK

28 prisões – 35 aviões e 13 fazendas (10 mil cabeças de gado) quadrilha especializada em transportar drogas da Colômbia e da Venezuela para Brasil, Estados Unidos e Europa. 4ª Vara da Justiça Federal de Palmas.

”

Operação 'Flying Low'

Apreensão de 1 helicóptero e carros de luxo - Presidente Prudente.



FAZENDAS



21/02/2019 09:35
S 6° 23' 57", W 51° 35' 23"



“

Operação Spectrum

•

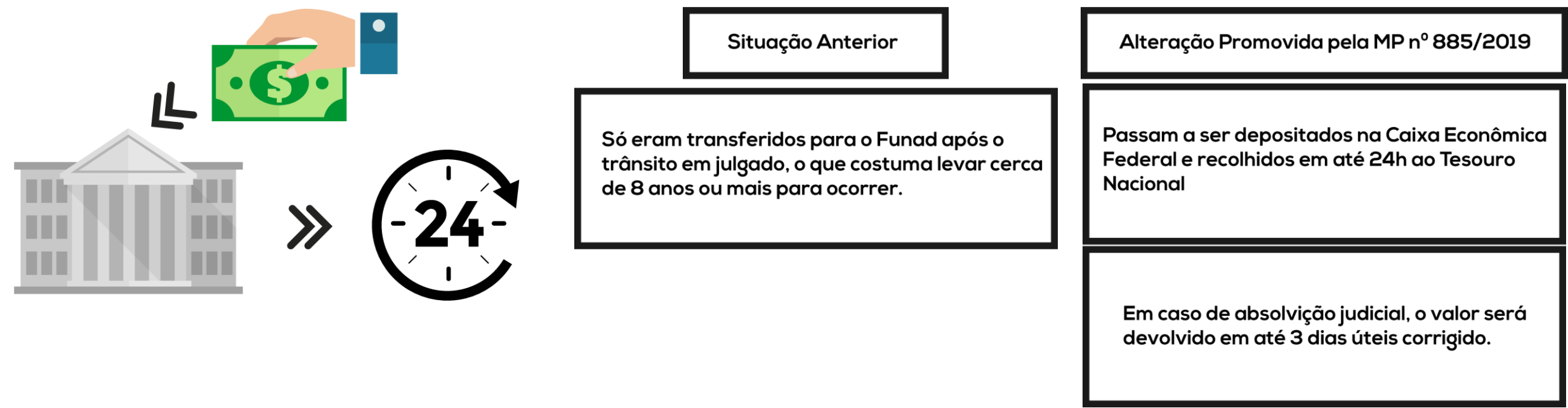
Confisco de várias fazendas usadas para lavagem de dinheiro do tráfico, administrada pelo narcotraficante Luiz Carlos Rocha - Cabeça Branca

”

PRINCIPAIS MELHORIAS

MP nº 885/2019

Nova sistemática de depósito judicial (Art. 62-A Lei 11.343/2006)



Ampliação de fonte de recursos do Funad – rendimentos da aplicação (Art. 2º Lei 7.560/1986)

Inexistência de previsão quanto à aplicação.	Inclusão dos rendimentos da aplicação.
--	--

NOVA DINÂMICA DE LEILÃO DE ATIVOS

MP nº 885/2019



PRINCIPAIS MELHORIAS

MP nº 885/2019

Novos instrumentos de gestão de bens apreendidos (Art. 63-C Lei 11.343/2006)



Situação Anterior	Alteração Promovida pela MP nº 885/2019
Valor de avaliação era o valor mínimo de arrematação, desconsiderando que a origem do bem relacionada ao tráfico é fator que diminui o interesse.	Possibilidade de arrematação do bem no leilão por valor de no mínimo 50% do valor de avaliação.
Ausência de previsão legal para destruição de bens sem valor econômico.	leilão para bens móveis e imóveis, independentemente do valor (menos burocracia e maior abrangência).
	Previsão legal clara para venda direta, inutilização e destruição de bens

PRINCIPAIS MELHORIAS

MP nº 885/2019

Garantia de regularização do bem após a arrematação em até 30 dias (Art. 62 e 63-C Lei 11.343/2006)



Situação Anterior

Departamentos de trânsito nos Estados e órgãos de registro equivalente demoram anos para fazer regularização.

Automóveis, embarcações e aeronaves eram mantidos com o mesmo identificador.

Alteração Promovida pela MP nº 885/2019

Prazo de 30 dias após a arrematação para que seja promovida a regularização, o arrematante ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos.

Permissão para que a autoridade de trânsito ou órgão de registro equivalente emita novos identificadores.

PRINCIPAIS MELHORIAS

MP nº 885/2019

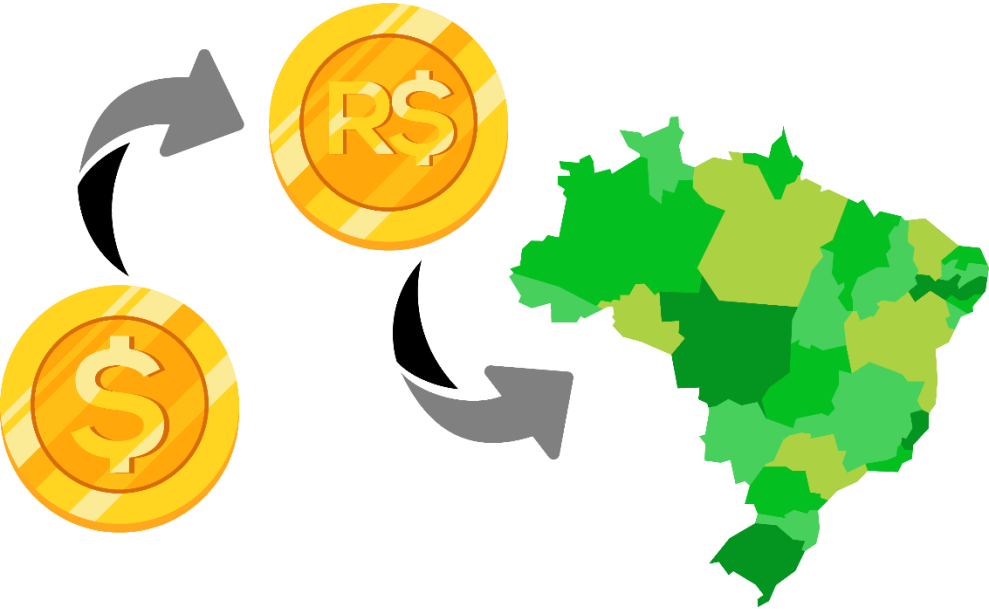
Modernização do Tratamento de Moedas Estrangeiras Apreendidas (Art. 60-A Lei 11.343/2006)

Situação Anterior

Eram recolhidas ao Funad após o trânsito em julgado.

Acúmulo de moedas estrangeiras sem valor de mercado.

Acúmulo de moedas estrangeiras custodiadas no Banco Central.



Alteração Promovida pela MP nº 885/2019

Obrigatoriedade de conversão imediata em moeda nacional e recolhimento ao Tesouro Nacional em conta do Funad.

Possibilidades de desfazimento de moedas que não possuam valor de mercado.

Previsão da transferência de moedas estrangeiras atualmente custodiadas no Banco Central para a Caixa Econômica para que se proceda à alienação.

PRINCIPAIS MELHORIAS

MP nº 885/2019

Incentivo ao apoio dos Estados e DF na apreensão, alienação de bens e envio de dados estatísticos
(Art. 5º Lei 7.560/1986)



Situação Anterior

A transferência por meio de convênios, se mostrou burocrática e impeditiva, desestimulando a cooperação.

Alteração Promovida pela MP nº 885/2019

Transferência de 20 % a 40 % mediante termo específico de adesão (menos burocrática).

Estruturas orgânicas e dados estatísticos

MP também inovou ao prever além da Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal como beneficiária de até 40% dos recursos obtidos com a alienação de bens por ela apreendidos.

Obrigado!

Luiz Roberto Beggiora

Secretário Nacional de Políticas sobre
Drogas

Ministério da Justiça e Segurança Pública